

# Comissão altera orçamento do Governo

BRASÍLIA — O Relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Senador Almir Gabriel, apresentou ontem sua proposta orçamentária. No relatório, o Senador não apenas atende às reivindicações dos Governadores quanto à rolagem das dívidas dos Estados como faz profundos remanejamentos na proposta de Orçamento do Governo, transferindo recursos da ordem de CZ\$ 522 bilhões da área técnica para a social. O relatório mantém o déficit público em 0,56% do PIB, como propusera o Executivo.

Pela proposta de Almir Gabriel, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina vão desembolsar CZ\$ 68 bilhões em 1989. O volume a ser pago por cada um destes Estados varia de 10% a 25%, de acordo com o total das dívidas. Os demais Estados, que devem menos de CZ\$ 300 bilhões, vão rolar integralmente suas dívidas.

A receita do pagamento das dívidas prevista pelo Orçamento do Executivo era de CZ\$ 540 bilhões. A diferença será recomposta pelo Governo através da receita operacional do Banco Central (CZ\$ 145 bilhões), ingressos externos não realizados e sem contrapartida da União (CZ\$ 60 bilhões), avais da União para instituições públicas e privadas (CZ\$ 145 bilhões), recursos do Tesouro Nacional (CZ\$ 70 bilhões) e a diferença de juros que seriam pagos sobre emissão de títulos previstos nas duas propostas orçamentárias do Executivo (CZ\$ 120 bilhões).

O relatório redistribui recursos dentro da proposta do Executivo de maneira a beneficiar os Ministérios de alcance social. Foram retiradas verbas dos Ministérios da Fazenda,



Almir Gabriel ouve o relato de Cid Carvalho. Ao fundo, Saldanha Derzi

do Planejamento, da Indústria e Comércio e do Bem Estar Social, além de cortes na Presidência da República, no Finsocial e na distribuição de incentivos fiscais para a agricultura e a exportação.

O total de CZ\$ 522 bilhões foram realocados nos Ministérios da Educação (CZ\$ 77 bilhões), da Saúde (CZ\$ 74 bilhões), dos Transportes (CZ\$ 118 bilhões), da Agricultura, da Ciência e da Tecnologia (CZ\$ 50 bilhões) e da Justiça (CZ\$ 10 bilhões). O resultado desta redistribuição, segundo Almir Gabriel, atenua os efeitos da Operação Desmonte.

O Relator ressaltou que sua proposta não altera substancialmente a política econômica do Governo nem fere princípios constitucionais. No entanto, o Secretário Geral do Minis-

tério do Planejamento, Ricardo Santiago, disse que as alterações desrespeitam a Constituição. Santiago argumenta que o Congresso tem que apontar os valores a serem cortados no Orçamento para beneficiar os Estados e Municípios, diminuindo o volume de receitas, não bastando a indicação dos recursos que deverão cobrir a perda de receita. Segundo ele, é indispensável a especificação do montante de cada item.

O relatório entra hoje em discussão na Comissão, que o votará a partir de amanhã. Até sábado, a proposta será encaminhada à Presidência do Congresso e votada em plenário até 15 de dezembro, quando será encaminhada à sanção do Presidente da República.